

Por Antonio Penteado Mendonça



De acordo com as previsões meteorológicas mais recentes, o mundo está na véspera de um novo fenômeno “El Niño”, desta vez de tamanho muito maior do que os normalmente vividos ao longo dos últimos anos.

É quase certo que no segundo semestre o fenômeno deva se abater sobre o planeta, com todas as consequências conhecidas potencializadas pelas condições das águas do Oceano Pacífico, mais quentes do que o normal.

Os efeitos do “El Niño” são conhecidos há muito tempo. No Brasil eles causam aumento significativo das chuvas no Sul, seca severa no Norte e inconstância das condições meteorológicas no resto do território.

Não faz muito tempo, em 2024, o Rio Grande do Sul foi palco para os efeitos devastadores do fenômeno. Chuva torrenciais causaram cheias fora da média histórica, destruindo grandes áreas urbanas, estradas e áreas rurais, incluídas plantações, com a sem cerimônia de quem sabe que é mais forte e impossível de ser parado.

Na mesma época, a Amazônia sofreu uma das piores secas de sua história, com o grande rio e seus afluentes se transformando em pequenos fios d’água, perdidos ao longo dos leitos.

A comunidade científica identificou o que pode acontecer e está se preparando para a chegada do “Super El Niño”. As discussões acontecem em ritmo acelerado, as projeções mostram um quadro severo e todos são céticos quanto a possibilidade de um milagre afastar do Brasil os efeitos negativos da ocorrência do fenômeno.

Em princípio, o país deveria ter aprendido com os eventos de 2024. Se aprendeu, ainda é uma incerteza que se confirmará no caso de chuvas torrenciais voltarem ao Sul do país e a seca atingir a região Norte.

De qualquer forma, no Rio Grande do Sul foram adotadas medidas para minimizar os prejuízos decorrentes de um cenário equivalente, o que, no caso da sua ocorrência, deve reduzir a ordem de grandeza dos prejuízos.

Mas isto são hipóteses. Pode ou não acontecer. O que é certeza é o descaso das autoridades federais a respeito do quadro. Uma conferida na destinação das emendas parlamentares vai mostrar que o encaminhado para o combate das mudanças climáticas é irrisório. E o executivo também não realizou, nem patrocinou, obras significativas para minimizar as consequências do fenômeno.

Como se não bastasse, o tema seguro para catástrofes naturais, levantado desde os estragos no Rio Grande do Sul, também não avançou ao ponto de se ter um consenso sobre as alternativas de cobertura securitária para estes tipos de danos.

A se seguir na toada atual, o segundo semestre vai chegar, o “Super El Niño” vai acontecer, as chuvas e secas previstas para o Brasil podem ser extremamente severas, mas seguiremos sem a proteção de um seguro desenhado para estes eventos.

As seguradoras, em conjunto com a Susep (Superintendência de Seguros Privados), estão discutindo quais as alternativas de garantias aplicáveis e como fazer para desenvolvê-las. Mas, até agora, nenhum dos candidatos a presidente colocou o tema em suas pré-campanhas, o que mostra que a maior catástrofe natural que pode se abater sobre o Brasil está longe de ser uma prioridade. Como sempre, quem vai pagar a conta é a população.

Fonte: O Estado de São Paulo, de 15.06.2026.